



**CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ/PA**  
**CNPJ Nº: 05.564.711/0001-02**  
**“TRABALHANDO PELO POVO”**

**PARECER JURÍDICO**

**EMENTA:** PARECER JURÍDICO. PREGÃO DESERTO. SEGUNDA CHAMADA. PROCESSO LICITATÓRIO.

**1. RELATÓRIO**

Trata-se de parecer jurídico que visa analisar a necessidade de segunda chamada, ou não, de processo licitatório feito pela Câmara Municipal de São Miguel do Guamá/PA, dada a falta de interessados em primeira chamada.

Passa-se à análise do objeto.

**2. ANÁLISE**

**2.1 DA LEGALIDADE**

A modalidade empregada pela Comissão de Licitação, junto da Pregoeira da Câmara, é a de Pregão Presencial – Menor Preço por Item, tudo de acordo com a Lei Nº 10.520/2002 e Lei Nº 8.666/1993.

Contudo, também pode ser verificado que o referido procedimento foi dado como deserto, ante a ausência de interessados no certame. Assim, em face da permanente necessidade de contratação dos serviços colocados em edital de licitação, restou o questionamento acerca da possibilidade de uma segunda chamada ser descartada e, em consequência, que o referido processo licitatório fosse dispensado.

Quanto a esta possibilidade, nos impõe o art. 24, V da Lei Nº 8.666/1993:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)



**CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ/PA**  
**CNPJ Nº: 05.564.711/0001-02**  
**“TRABALHANDO PELO POVO”**

V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

Portanto, a possibilidade de dispensa, nestes casos, até existe, mas desde que ocorra *prejuízo para a Administração* no caso de manutenção de uma segunda chamada.

Ademais, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União, a título exemplificativo, o desinteresse de convidados não é caracterizado somente pela ausência dos mesmos, sendo necessária expressa manifestação dos citados para que haja a devida caracterização de ausência de interesse:

O manifesto desinteresse dos convidados não pode ser caracterizado somente pelo não comparecimento dos convidados, sendo necessário que os convidados manifestem os seus desinteresses por escrito. É assim o entendimento do professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, in *Contratação Direta Sem Licitação*, 1ª edição, 1995, pág. 55, comentando o dispositivo: “a melhor exegese, in casu, leva ao entendimento de que o manifesto desinteresse se caracteriza quando presente algo mais que o simples silêncio. Aliás, é regra elementar de hermenêutica que a Lei não contém palavras inúteis, ou melhor, na dicção de Ferrara: presume-se que a Lei não contenha palavras supérfluas; devem todas ser entendidas como escritas adrede para influir no sentido da frase respectiva”

Devemos acrescentar o alerta feito pelo professor Carlos Pinto Coelho Motta, in *Eficácia nas Licitações e Contratos*, Belo Horizonte, 1995, Ed. Del Rey, pág. 127, quando comenta o não-comparecimento de interessados na licitação: “a licitação deserta pode ser resultante de exigências descabidas, cláusulas discriminatórias ou publicidade ‘mascarada’. Estes vícios, infelizmente comuns, afastam os participantes e, ao serem constatados, impedem absolutamente a contratação direta. Nesses casos a ausência de licitantes terá ocorrido por culpa da própria entidade licitadora, não se admitindo o recurso da



**CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ/PA**  
**CNPJ Nº: 05.564.711/0001-02**  
**“TRABALHANDO PELO POVO”**

dispensa”. Portanto, a dispensa com fulcro no art. 24, inciso V, c/c o art. 22, §7º, ambos da Lei nº 8.666/1993 somente deve ser utilizada caso a licitação não possa ser repetida sem prejuízo para a Administração. Acórdão 237/1999 Plenário (Relatório do Ministro Relator)”

O entendimento do Egrégio Tribunal se faz pela necessária proteção ao bem público, à necessidade de manutenção do interesse público em desfavor de eventuais interesses particulares que podem usar do art. 24, V da Lei Nº 8.666/1993 como forma de ganhar *legalidade*, todos convergentes a evitar prejuízos à Administração.

Somente em casos assim é que a dispensa por ausência de interesse pode ser fazer presente. Qualquer situação divergente não pode ser tomada pelo poder público, sob pena de impregnar de vícios o processo licitatório em questão.

## **2.2 DO CASO CONCRETO**

Analisando o caso trazido a esta assessoria, não é possível identificar prejuízo insanável e irreversível que será incidido à Administração no caso de manutenção da segunda chamada.

Como a dispensa do art. 24, V da Lei Nº 8.666/1993 é, claramente, exceção às ações a serem tomadas pela Administração, o presente parecer pugna pela necessidade de ser feita a segunda chamada licitatória e, em caso de continuidade do desinteresse de eventuais interessados, então que sejam aplicados os efeitos do artigo citado neste parágrafo.

## **3. CONCLUSÃO**

Pelo exposto, opinamos pelo prosseguimento do processo licitatório, sendo necessária a feitura de segunda chamada de eventuais interessados.

É o parecer, salvo melhor juízo.



**CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ/PA**  
**CNPJ Nº: 05.564.711/0001-02**  
**“TRABALHANDO PELO POVO”**

São Miguel do Guamá/PA, 21 de fevereiro de 2019.

**ALBERT OLIVEIRA**  
**OAB/PA Nº 21.851**  
**ASSESSOR JURÍDICO DA CÂMARA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ/PA**